

# FORMAÇÃO TERRITORIAL E USO DO ESPAÇO ENTRE OS KAIOWA \*

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira \*\*

## *Introdução*

Neste trabalho apresento notas iniciais de uma pesquisa sobre os processos de territorialização e as formas de ocupação e uso do espaço entre os Kaiowa<sup>1</sup> em Mato Grosso do Sul. Tal pesquisa está em desenvolvimento no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP de Assis.

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) possui uma das maiores populações indígenas do Brasil. Os dados são poucos precisos, mas certamente ocupa a segunda ou terceira posição entre os estados com maior número de indígenas no país. Ao todo são aproximadamente 60.000 pessoas que ocupam mais de 30 terras indígenas. Os Kaiowa são maioria, com cerca de 30.000 pessoas (COLMAN, 2007).

Os Kaiowa em Mato Grosso do Sul estão concentrados na região sul do estado. Esta é a mais rica e tem sua base econômica no agronegócio. As terras da região são de ocupação tradicional indígena e até pelo menos meados do século XIX não haviam sofrido interferências tão vultosas por parte da sociedade não indígena. Hoje essas terras são alvo de múltiplas disputas. Esse processo histórico está longe de uma conclusão e está no centro desta pesquisa. O grupo étnico Kaiowa é sem dúvida o mais afetado pelo avanço das fronteiras agropastoris na região sul de Mato Grosso do Sul.

## *Histórico do grupo*

A história dos Kaiowa atuais tem sido alvo do estudo de historiadores e antropólogos que têm dado especial atenção ao período pós-guerra entre o Paraguai e Tríplice Aliança (Por exemplo: BRAND, 1993, 1997, 2004; PEREIRA, 1999, 2004, 2007; COLMAN, 2007). Com base nesses estudos e em outros que tratam de períodos mais recuados farei um breve histórico do grupo na região.

Melià e Grünberg fizeram um histórico do grupo que remonta à colônia. Segundo eles os Kaiowa são descendentes dos grupos que durante os séculos XVI e XVII eram

---

\* Notas iniciais do projeto de pesquisa intitulado “Estudo histórico sobre a ocupação e uso do espaço entre os Kaiowa de Mato Grosso do Sul”.

\*\* Doutorando em História pela UNESP/Assis, bolsista do CNPq e professor substituto na UEMS/Amambai.  
E-mail: thiago\_cavalcante@hotmail.com

<sup>1</sup> De acordo com convenção da ABA – Associação Brasileira de Antropologia datada de 1957, o nome das etnias indígenas são grafados como nome próprio e sem flexão de gênero e número. Por isso, quando substantivo será grafado com a primeira letra maiúscula, por exemplo, “os Kaiowa”, quando adjetivo será grafado com a inicial minúscula, por exemplo, “habitações kaiowa”.

conhecidos como Itatim e que durante o século XVIII eram chamados de Caaguá (MELIÀ & GRÜNBERG, 2008, p. 13).

Durante o período colonial os chamados Itatim viviam na região ao norte do rio Ypané até o rio Mbtetey (hoje Miranda), região do atual estado de Mato Grosso do Sul. A partir de 1632 foram alvo de tentativas de redução por parte dos jesuítas. Algumas reduções chegaram a ser estruturadas, mas as missões não prosperaram. Devido ao reduzido êxito, os jesuítas abandonaram a área levando consigo apenas os indígenas que aceitaram seguir-los até a região sul da América do Sul (MELIÀ & GRÜNBERG, 2008, p. 13). Após esse “abandono” durante o período colonial, os Itatim foram novamente contactos em 1754 durante a demarcação dos limites fronteiriços estabelecidos em 1750 pelo tratado de Madri. No século XIX esse povo sofreu o impacto da criação dos Estados Nacionais, acabaram então por se dividir entre Kaiowa no Brasil e Paĩ Taviterã no Paraguai. Desde então permaneceram na região fronteiriça sem ter grandes incômodos até a Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança.

O território kaiowa no Brasil era bastante amplo, estima-se que ocupava ao menos toda a região entre o rio Apa, Serra de Maracaju, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai. A partir da década de 1880, com o fim da guerra, surgiu nos governos estadual e federal o interesse de se povoar a região com não-índios. A população indígena foi desconsiderada pelo poder público que classificou a região como “espaço vazio”. Neste período se instalou, para explorar os ervais nativos da região, a Companhia Mate Larangeira. Antonio Brand (2004, p. 138-139) considera que como ela não fixou colonos, nem questionou a permanência dos indígenas, causou menos impactos na organização social e no território kaiowa do que as iniciativas que a seguiram. Todavia, essa primeira exploração intensiva da região já trouxe alguns problemas para os Kaiowa, inclusive com relação à sua espacialidade, pois provocou o deslocamento de muitas famílias indígenas devido às longas distâncias percorridas para a colheita da erva mate. Há ainda que se aprofundar nessa questão, pois a construção de portos e vias de transporte terrestre também pode ter afetado a disposição espacial dos Kaiowa na região.

Entre o final do século XIX e o início do XX as frentes agropastoris começaram a dar sinais de avanço na região. Nesse período se instalaram as primeiras fazendas em áreas de campos entre os atuais municípios de Amambai, Ponta Porã e Bela Vista. No entanto, para Brand (2004, p. 139) essas primeiras fazendas também não tiveram grandes reflexos na vida dos Kaiowa, pois como não se instalaram em áreas de florestas pouco afetaram as aldeias kaiowa já que elas eram instaladas preferencialmente em áreas florestais. Esta também é uma

questão sobre a qual se pretende fazer uma análise mais profunda, isso porque a região citada é uma das mais conflituosas na atualidade, assim o estudo da história das áreas sob reivindicação na atualidade poderá ajudar a confirmar ou refutar a hipótese citada.

Na década de 1940 se iniciou o processo que levou os povos indígenas da região sul de Mato Grosso do Sul, à lastimável situação em que se encontram no que diz respeito à manutenção de sua territorialidade, que aqui é entendida como a forma com a qual o grupo compreende e utiliza o seu território a partir de sua própria lógica cultural. Nesse período os contratos que arrendavam grandes extensões de terra da região para a Companhia Mate Larangeira deixaram de ser renovados<sup>2</sup>. A legislação do período considerava as terras públicas como devolutas e permitia que o Estado às vendesse. Houve uma corrida de pessoas interessadas no negócio, que oferecia preços generosos em troca de “povoamento”, além do que favorecia as oligarquias regionais. Em tal contexto, muitas terras onde estavam localizadas aldeias kaiowa foram vendidas e os indígenas forçados a sair sob a ameaça dos mais variados tipos de violência (PEREIRA, 2007, p. 123).

Entre 1915 e 1928 o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) demarcou nove pequenas reservas para o recolhimento das populações indígenas. A área máxima prevista para elas era de 3.600 ha, no entanto, em alguns casos a área demarcada foi ainda menor. Prevaleceu claramente o interesse dos proprietários privados (PEREIRA, 1999, 2005, 2007; BRAND, 1993, 1997).

Inserida no projeto colonizador do presidente Getúlio Vargas, que pretendia a nacionalização das fronteiras, estava a fundação da CAND (Colônia Nacional Agrícola de Dourados) e a criação do Território Federal de Ponta Porã. A chamada “Marcha para o Oeste” estimulou a ida de colonos para a região sob a égide da necessidade de ocupação de “espaços vazios” (COUTO DE OLIVEIRA, 2002). Essa posição reflete a invisibilidade que os povos indígenas representavam para o Estado, tanto em nível estadual quanto federal. Inicia-se então o processo de territorialização compulsória. Isso, na perspectiva proposta por João Pacheco de Oliveira, significa a atribuição de uma base territorial fixa. Tal situação acarreta transformações no âmbito étnico-social, como por exemplo, a redefinição do controle sobre os recursos naturais, reelaboração da cultura e das relações com o passado e o desenvolvimento de mecanismos políticos especializados, pois normalmente há a sobreposição de lideranças (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 54-55).

---

<sup>2</sup> Em seu ápice territorial a Mate Larangeira teve o maior arrendamento de terras públicas do período republicano. Com o decreto nº 520 de 15/07/1895 seus domínios alcançaram mais de 5.000.000 de ha (ARRUDA, 1997, p. 218; COLMAN, 2007, p. 28-32).

Os problemas fundiários envolvendo as populações indígenas no estado são abundantes e crescem anualmente com a recuperação demográfica desses povos. Recentemente a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), motivada por um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) firmado junto ao Ministério Público Federal, iniciou por meio de GT's (Grupos de Técnicos) os processos de identificação de Terras Indígenas na região. Este trabalho está gerando forte reação contrária por parte das elites econômicas e políticas do estado. A maioria dos órgãos de imprensa da região é controlada por representantes dessas elites e contribui para a formação de uma opinião pública contrária às demandas indígenas. Os trabalhos dos técnicos da FUNAI têm sido constantemente retardados por interpelações judiciais e por um conchavo político de dimensão poucas vezes vista, situação que tende a se agravar com a proximidade das eleições estaduais e federais previstas para outubro de 2010. Isso demonstra que o problema relativo aos territórios indígenas na região além de grave está longe de ter solução.

### ***Análise Historiográfica do Tema***

A história dos Kaiowa, assim como a história indígena em geral, nem sempre esteve no foco de atenções da historiografia brasileira (Conf. MONTEIRO, 1995; CUNHA, 1998). No que diz respeito à chamada “historiografia regional” foi dominante a produção chamada de “memorialista”, isso pode ser afirmado com certeza para o período que vai do século XVIII até princípios do XX. A partir de meados do século XX ganhou espaço a historiografia acadêmica, mas isso não eliminou as atividades de “memorialistas” que subsistem até a atualidade (GUILLEN, 1998).

Segundo Osvaldo Zorzato, os memorialistas geralmente são membros das elites locais e geralmente não são historiadores de ofício. Esses autores tinham em sua pauta a necessidade da construção identitária do antigo Mato Grosso. Nesse quadro, a figura do indígena era repudiada, pois representava o atraso e a incivilidade. Por essa razão as narrativas produzidas apresentam o mato-grossense como vencedor do atraso, como civilizador da barbárie. Os índios, quando ganhavam alguma visibilidade, recebiam lugar secundário, quando muito eram julgados úteis como mão-de-obra braçal. Embora houvesse elementos o suficiente para que esses autores percebessem a ampla participação indígena na formação da sociedade local, esse fato foi veementemente negado, pois se assumido fosse eliminaria o argumento de superioridade baseado em uma suposta origem européia dos não-índios (ZORZATO, 1998).

Os primeiros trabalhos científicos realizados na região encontram-se inseridos no conjunto de obras que podem ser chamadas de clássicas da etnologia sul-americana. Egon Schaden esteve na região sul do atual Mato Grosso do Sul entre 1949 e 1951, trabalhou nas áreas indígenas de Dourados, Panambi, Amambai, Taquapiri e Jacaréí. Embora o autor não tenha realizado uma etnografia com objetivos voltados especificamente para a cultura material, ele apresentou várias características sobre a cultura material desse povo, incluindo alguns aspectos relacionados com a organização do espaço. Sua abordagem é rica na medida em que relaciona a descrição da cultura material com o significado que ela possui no universo cultural do grupo (SCHADEN, 1998).

Pode-se dizer que assim como a maioria dos trabalhos sobre os chamados Guarani, o foco principal de Schaden se concentrou na religião do grupo. Este é sem dúvida o aspecto mais conhecido e debatido no mundo acadêmico, durante o século XX, sobre a cultura dos chamados Guarani, persistindo neste início do século XXI. Incluem-se nesse grupo as produções de Bartomeu Melià (1991, 2008), Egon Schaden (1959, 1998), Kurt Nimuendaju (1978), Cadogan (1992), Graciela Chamorro (1995, 1998, 2008), Helene Clastres (1978) e de Pierre Clastres (1990). O lugar central ocupado pela religião entre os povos chamados Guarani inspirou a grande maioria dos estudiosos desses grupos a voltar o seu olhar principalmente para esse aspecto. Um dos poucos trabalhos que se aproximam da proposta que ora se apresenta é a tese de doutorado de Beatriz Landa (2005), a autora analisa o uso do espaço entre os Nandeva/Guarani de Porto Lindo, no município de Japorã – MS.

A partir da década 1990, número expressivo de jovens pesquisadores radicados em Mato Grosso do Sul obteve titulações acadêmicas em nível de mestrado e doutorado em universidades do Sul e Sudeste do Brasil. Vários desses autores se voltaram para a pesquisa no campo da História, Antropologia e Arqueologia Indígena. Dentre os vários trabalhos que se enquadram nesse grupo, os de Antonio Brand podem ser considerados paradigmáticos no que diz respeito aos estudos históricos sobre os Kaiowa. O autor tomou como ponto de partida o processo de desterritorialização dos Kaiowa e desenvolveu análises sobre as implicações que o processo provocou na vida social do grupo. Brand foi o pioneiro em evidenciar o recolhimento da maioria da população kaiowa ao espaço geográfico das reservas. Foi ele quem formulou o conceito de *confinamento*, que passou a ser utilizado por muitos outros autores que estudaram a problemática das reservas indígenas em Mato Grosso do Sul (BRAND, 1993, 1997; Pereira 2007).

Levi Marques Pereira e Jorge Eremites de Oliveira (2003), a partir de experiências em perícias judiciais sobre questões fundiárias indígenas, têm adotado o uso do conceito de

*áreas de acomodação* em substituição ao de *confinamento*. Isso é explicado por Levi Marques Pereira da seguinte maneira: o “... conceito de *área de acomodação* [...] permite expressar aspectos importantes da dimensão espacial, econômica, política e principalmente cultural das figurações sociais kaiowá desenvolvidas nas reservas...” (PEREIRA, 2007, p. 127).

A opção conceitual defendida por Pereira & Eremites de Oliveira pretende romper com a ideia de imobilidade, de inércia que de certa forma foi apregoadado pelo conceito de *confinamento*. Para Pereira a situação das reservas gerou inúmeros problemas, sobretudo de ordem social, mas não há inércia. Ao contrário existem diversas formas de rearranjo que objetivam propiciar a continuidade da existência física e cultural dos Kaiowa (PEREIRA, 2007).

Em 1999 começou a funcionar o primeiro, e até o momento único curso de mestrado em História, do estado de Mato Grosso do Sul no Campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atual Universidade Federal da Grande Dourados. O programa conta com a única linha de pesquisas em História Indígena formalmente constituída em programas de pós-graduação em História no Brasil. Esse fato possibilitou a produção de muitos trabalhos ao longo de uma década de funcionamento. Nesse período já ultrapassa o número de vinte dissertações defendidas no âmbito da linha, isso corresponde a algo próximo de 35% do total de pesquisas desenvolvidas no programa. Dentre as pesquisas da linha de História Indígena cerca de 35% têm os Kaiowa ou como grupo étnico objeto de pesquisa ou como grupo partícipe de uma pesquisa mais abrangente (EREMITES DE OLIVEIRA, 2004; SILVA, 2007).

### ***Perspectivas***

O estudo histórico das formas de organização e uso do espaço pelos Kaiowa apresenta ampla relevância científica e social. Do ponto de vista científico pode-se destacar que o projeto se refere a uma pesquisa interdisciplinar. Desde a década de 1970 na qual a publicação da trilogia “História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos” organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1976) pode ser considerada um marco, a historiografia passou por uma grande modificação no modo de se “fazer a história”. A “Nova História Cultural” trouxe ao bojo de preocupações dos historiadores uma série de temas até então desprezados ou abordados de maneira secundária. Junto a essa ampliação de *objetos* veio a também fundamental ampliação da noção de fontes históricas. Graças a essas modificações hoje as fontes orais, materiais e imagéticas recebem no plano teórico status de

igualdade às escritas. Elas têm ainda maior relevância para as problemáticas sobre as quais as fontes escritas não são suficientes (CAVALCANTE, 2006, ROJAS, 2008, P. 39).

Nessa perspectiva, o trabalho ora proposto caminha na direção tanto da renovação de objetos quanto da renovação metodológica com relação ao bojo de vestígios admitidos como fontes históricas. Maria Nieves Zedeño (1997) demonstra que os territórios têm história. A autora trabalha com a noção de “life-history of territoy formation” para tratar da história da formação territorial dos Hopi<sup>3</sup>. Como afirmou Marc Bloch, a História é a ciência dos homens (BLOCH, 1965). Essa afirmação do ilustre historiador é significativa por sua abrangência visto que estudar o homem em sentido amplo permite estudar todas as suas manifestações sociais e culturais, incluindo a produção e reconfiguração do espaço e da cultura material.

A seara da história das formas de ocupação e uso do espaço ainda não tem recebido a devida atenção dos pesquisadores brasileiros. De modo geral as pesquisas já desenvolvidas sobre os Kaiowa não formularam questões muito significativas sobre esse tema. Segundo Francisco Noelli ao darem mais atenção à religião dos Guarani, os pesquisadores não trataram adequadamente da cultura material e das formas de subsistência desses povos. Isso fez com que as descrições sobre os usos do espaço fossem pouco detalhadas (NOELLI, 1993, p. 4). Entende-se que a constatação precisa ser levada em conta, mas não se pode cair no equívoco de desprezar os estudos que privilegiam os aspectos religiosos dos povos guarani-falantes, primeiro porque de fato, embora fragmentadas, eles trazem algumas boas informações sobre a questão de interesse na presente pesquisa, segundo porque eles relacionam o espaço com a religião desses povos, colocando a espacialidade como um elemento central da cultura guarani e entendemos que os estudos sobre o território não pode ser dissociado dos aspectos simbólicos.

Zedeño apresenta uma definição de território que engloba três dimensões. 1) Alcance das interações do homem com o território; 2) a escala espacial dessas interações e 3) os processos históricos de uso dos recursos naturais e do solo (ZEDENO, 1997, p. 72). Nesse sentido o estudo em desenvolvimento, ao contrário de alguns outros trabalhos etnoarqueológicos já publicados no Brasil, não pretende enfatizar apenas aspectos de tecnologias de produção de cultura material ou de descrição detalhada da cultural material, de sua organização, formas de uso e descarte. Acredita-se aqui que tão importante quanto o registro das descrições são as relações empíricas que essas realidades mantêm com a organização social, a religião e as estratégias de sobrevivência física do grupo, todas elas

---

<sup>3</sup> Etnia indígena cujo território tradicional está no estado do Arizona nos Estados Unidos da América.

observadas a partir de um ponto de vista histórico. São essas relações que definem o conceito de territorialidade do próprio grupo.

Além das metodologias da História, o trabalho utiliza as já referidas metodologias da Etnoarqueologia produzindo assim um modelo etnográfico cujo enfoque principal se orientará para a cultura material em geral, especialmente para a organização espacial. O interesse da etnoarqueologia se concentra na formulação de modelos que permitam a realização de analogias arqueológicas na tentativa de compreender aspectos de sociedades pré-coloniais com base na comparação com sociedades atuais<sup>4</sup>. Acredita-se aqui que a Etnoarqueologia não precisa se restringir a fornecer modelos para analogias que ajudem a compreender sítios pré-coloniais, além disso, ela pode fornecer dados e interpretações que ajudem a compreender o momento contemporâneo e a solucionar as demandas das populações envolvidas na pesquisa.

Embora o potencial do Brasil seja um dos maiores do mundo para a realização desse tipo de pesquisas, ainda são poucos os trabalhos desse gênero desenvolvidos no país (CF. NOELLI 1993; POLONI, 2008, POLITIS, 2002). Noelli afirma que os estudos sobre a cultura material dos chamados Guarani não produziu sequer mínimas informações sobre o uso do espaço. Os poucos estudos já realizados tenderam a se concentrar em objetos e tecnologias. (NOELLI, 1993, p. 74-75). A pesquisa aqui apresentada além de avançar sobre um tema até então pouco estudado no Brasil, propõe-se a ir além apresentando mais do que uma etnografia do modelo atual de organização espacial sincronia e limitada (POLITIS, 2002, P. 64; ZEDEÑO, 1997, p. 68). Esta pesquisa pretende demonstrar o percurso histórico de formação territorial, portanto, evidenciará em que e como as transformações históricas em geral contribuíram para as modificações nas formas de uso do espaço e isso poderá ser utilizado tanto para tentativas de compreensão do passado pré-colonial quanto dos problemas fundiários atuais.

Do ponto de vista social acredita-se que este trabalho contribuirá em duas dimensões. Primeiramente com o debate teórico sobre as questões de territorialidade indígena, pertinente às iniciativas de atendimento e manutenção de seus direitos constitucionais. Em segundo lugar contribuirá para com as iniciativas de educação intercultural que objetivam a quebra de preconceitos e a promoção do adequado respeito às diferenças.

---

<sup>4</sup> Não se trata de analogias diretas, essas analogias devem ser teórica e metodologicamente orientadas para que não se produzam interpretações equivocadas ou mesmo se reproduza a noção de fossilização das culturas indígenas (DAVID & KRAMER, 2002).

Os principais objetivos da pesquisa se sintetizam na realização de um estudo comparativo entre as antigas e atuais formas de assentamento kaiowa, resultantes dos processos de territorialização ocasionados pelo processo colonial na região. Isso também se desdobrará em uma análise histórica sobre as mudanças de enfoque teórico ocorridas no espaço acadêmico e indigenista ao tratar da problemática da territorialidade kaiowa em Mato Grosso do Sul e em uma contribuição para com a historiografia e para com o ensino intercultural da História Indígena visando contribuir para a superação de preconceitos.

Metodologicamente este trabalho orienta-se por procedimentos comuns à História, à Antropologia e à Arqueologia. Esses referenciais metodológicos são aqui definidos como etno-história e etnoarqueologia.

A etno-história aqui é entendida como um método ou uma técnica de pesquisa direcionada principalmente ao estudo das chamadas sociedades ágrafas, sociedades essas que começaram a provocar interesse na História a partir da década de 1970 (MONIOT, 1976). Sinteticamente pode ser definida como a utilização de fontes escritas, orais e materiais para a reconstrução da história de povos culturalmente não ocidentais, é uma união de esforços metodológicos para compreensão do homem em sua totalidade (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; BAERREIS, 1961; CAMARCK, 1979; TRIGGER, 1982; ROJAS, 2008).

Esta perspectiva será empregada, pois nesta pesquisa está sendo feita uma análise profunda de fontes documentais, para a qual se pretende empregar os critérios de crítica histórica e o chamado paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1990). Certamente a utilização de etnografia e conseqüentemente a análise da memória histórica desses povos será fundamental, assim a história oral também terá destaque. O trabalho aborda a perspectiva do “outro”, ou seja, do povo estudado na configuração de sua própria história. Em outras palavras o trabalho pretende deixar falar os próprios sujeitos acerca das relações identitárias que eles próprios estabelecem entre eles e o seu ambiente na medida em que produzem coisas e alteram seu meio. Tentar-se-á extrair de outros textos, construídos em outras épocas e sob outras perspectivas, os discursos implícitos desses mesmos sujeitos sobre essa temática, discutindo as relações entre as visões de mundo dos sujeitos da pesquisa e as interpretações, julgamentos, justificativas que a cultura dominante estabelece acerca deles.

O componente material da cultura terá espaço privilegiado nessa pesquisa e será analisado tanto a partir de publicações arqueológicas que já discorrem sobre o tema quanto a partir da observação empírica da situação atual. A etnoarqueologia pode ser vista como uma subdisciplina da Arqueologia, da Antropologia e da História (DAVID & KRAMER, 2002). Kramer postula como método da etnoarqueologia a completa integração de dados

arqueológicos, etnográficos e históricos. Francisco Noelli acrescenta ainda os dados linguísticos (NOELLI, 1993, P. 02). Esse trabalho pressupõe a realização de pesquisa de campo que será realizada por meio da chamada “living archaeology”, ou seja, uma observação participante arqueologicamente orientada (SILVA, 2000, p. 04). Sinteticamente as fontes da pesquisa são das seguintes categorias: documentamentais, etnológicas, orais e etnoarqueológicas.

Considerando o estado atual da pesquisa (ainda distante de seu término e sujeito a muitas revisões) pode-se afirmar que o resultado para o qual se caminha indica a necessidade de se fugir de uma espécie de crônica do desaparecimento, da “desindianização”, ou da perda da cultura. Acredita-se que apontar os impactos do processo de territorialização seja algo muito difícil (embora já tenha sido feito por muitos e de diferentes formas), pois não tendo a situação de ausência do processo colonial, não se tem a possibilidade de comparar como seria a vida dos Kaiowa com e sem o processo de territorialização. É evidente que estudos como os já citados de Antonio Brand, além de outros que seguem a mesma linha, demonstram que o processo de territorialização ao qual os povos guarani-falantes foram submetidos em Mato Grosso do Sul desencadeou sérios problemas nas mais diversas esferas da vida desses povos indígenas. Todavia, sem desprezar esse aspecto, vê-se a necessidade de enfatizar os mecanismos internos criados e operacionalizados pelo próprio grupo, portanto, tradicionais, para a sobrevivência diante da situação posta. Assim observa-se, por exemplo, que embora o espaço de seu território ao qual têm acesso seja bastante reduzido muitas formas tradicionais de organização espacial ainda são mantidas e em outros casos, quando são inviáveis, cria-se outras maneiras que não estão necessariamente relacionadas aos padrões não indígenas e mesmo nos casos em que algum padrão ocidental é adotado tem-se a questão a indianização sobre o qual elementos ocidentais passam a compor a cultura indígena tornando-se. Vê-se também a necessidade de discutir de maneira aprofundada os conceitos de “tradicionalidade” e “imemorialidade” que quando vinculados produzem a equivocada expectativa de as culturas indígenas tenham permanecido imóveis, ou de que teriam permanecido assim se não fossem submetidas ao processo colonial de territorialização, o que desencadeia um processo de exigência desmesurada de sinais diacríticos nas culturas para reconhecimento de grupos étnicos e conseqüentemente dos direitos oriundos desses reconhecimentos.

### ***Referências***

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira**. Londrina: Eduel, 1997.

BAERREIS, D. A. The ethnohistoric approach and archaeology. **Ethnohistory**. v. 8, n. 1, p. 49-77, 1961.

BLOCH, March. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

BRAND, Antonio J. **O confinamento e seu impacto sobre os Paĩ-Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em História). 1993. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. **O Impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá-guarani: os difíceis caminhos da palavra**. 1997. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus**. Ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004.

CADOGAN, León. **Ayvu Rapyta textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá**. Asunción: CEADUC: CEPAG, 1992.

CAMACK, R. M. **Ethnohistoria y teoría antropológica**. Trad. F. J. Lima. Guatemala: Ministerio de Educación, 1979. (Cuadernos, 26).

CAVALCANTE, Thiago. L. V. A Nova História Cultural e a Etnoistória: Contribuições para o campo da História Indígena. **História e-História**, v. 14/08, 2006.

CHAMORRO, Graciela. **Terra Madura. Yvy Araguayje: Fundamento da palavra Guarani**. Dourados: Edufgd, 2008.

\_\_\_\_\_. **A espiritualidade Guarani: uma teologia ameríndia da palavra**. São Leopoldo: IEPG/Sinodal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Kurusu Ñe'ëngatu, palabras que la historia no podría olvidar**. Asunción/São Leopoldo: CEADUC/IEPG, COMIN, 1995.

CLASTRES, Helene. **Terra Sem Mal. O profetismo Tupi Guarani**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. **A Fala Sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios guaranis**. Campinas: Papirus, 1990.

COLMAN, Rosa Sebastiana. **Território e Sustentabilidade: Os Guarani e Kaiowá de Ivy Katu**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). 2007. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

COUTO DE OLIVEIRA, B.. O Estado Novo e a Nacionalização das Fronteiras: A Ocupação estratégica do Sul de Mato Grosso. **Fronteiras Revista de História**, p. 09-22, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). **História dos Índios no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, (1992), 1998.

DAVID, Nicholas, KRAMER, Carol. Teorizando a Etnoarqueologia e a analogia. **Horizontes Antropológicos**. v. 8, n. 18, p. 13-16, 2002.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A História Indígena em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 2, n. 2, p. 115-124, 2001.

\_\_\_\_\_. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória. **Prosa Uniderp**. v. 3, n. 1, p. 39-48, jun. 2003.

\_\_\_\_\_. Dissertações de Mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em História do Campus de Dourados da UFMS. **Fronteiras Revista de História**. v. 8, n. 15, p. 145-182, 2004.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge, PEREIRA, Levi. **Perícia antropológica, histórica e arqueológica da Terra Indígena Terena de Buriti**. Justiça Federal, Campo Grande, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GUILLEN, Isabel C. M. Ausência e produção do esquecimento. História indígena em Mato Grosso do sul. **Fronteiras Revista de História**, Campo Grande, v. 2, n. 4, p. 103-122, 1998

LANDA, Beatriz dos Santos. **Os Ñandeva/Guarani o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo, município de Japorã/MS**. 2005. Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). **História: novos objetos, novas abordagens, novos problemas**. (3 volumes) Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

MELIÀ, Bartomeu, GRÜNBERG, Friedl, GRÜNBERG, George. **Pai-Taviterã. Etnografía Guaraní del Paraguay Contemporáneo**. (2ª edición corregida y aumentada) Asunción: CEADUC: CEPAG, 2008.

MELIÀ, Bartomeu. **El Guaraní: Experiencia Religiosa**. Asunción: CEADUC: CEPAG, 1991.

MONIOT, H. A História dos Povos sem História. In. LE GOFF, J., NORA, P. (Orgs.) **História Novos Problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A. (1974), 1976.

MONTEIRO, John Manuel. O Desafio da História Indígena no Brasil. In. SILVA, Araci Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (org.). **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

NIMUENDAJU. Curt. **Los mitos de Creacion y de Destrucion del mundo como fundamentos de la religion de los Apapokuva-Guarani**. Lima: Centro Amazonico de Antropología y Aplicación Practica, (1914) 1978.

NOELLI, Francisco Silva. **Sem tekoha não há teko**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) PUCRS, Porto Alegre.

PEREIRA, Levi Marques. **Parentesco e organização social Kaiowá**. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Unicamp, Campinas.

\_\_\_\_\_. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno**. 2004. Tese. (Doutorado em Antropologia) USP, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Modalidades e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. **Suplemento Antropológico**. (Asunción) v. XLII, n. 01, junho de 2007.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**. v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

POLITIS, Gustavo G. Acerca de la Etnoarqueología en América del Sur. **Horizontes Antropológicos**. v. 8, n. 18, p. 61-91, 2002.

POLONI, Rita Juliana Soares. **A etnoarqueologia no Brasil: ciência e sociedade no contexto de redemocratização**. 2008. Dissertação. (Mestrado em Arqueologia). Universidade do Algarve, Faro – Portugal.

ROJAS, José Luis de. **La Etnohistoria de América. Los indígenas, protagonistas de su historia**. Buenos Aires: SB, 2008.

SCHADEN, Egon. **A Mitologia Heróica das Tribos Indígenas do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_. **Aspectos Fundamentales de la Cultura Guaraní**. Trad. Stella M. M. de P. Gomes. Asunción: Universidad Católica, 1998.

SILVA, Eliazar João da (Org). Dissertações de Mestrado defendidas no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (2005-2006). **Fronteiras Revista de História**. v. 9, n. 16, 2007.

SILVA, Fabíola A.. **As Tecnologias e Seus Significados. Um estudo da cerâmica dos Asurini do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva Etnoarqueológica**. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social). USP, São Paulo.

TRIGGER, B. G. Ethnohistory: problems and prospects. **Ethnohistory**. v. 29, n.1, p. 1-19, 1982.

ZEDENHO, Maria Nieves. Landscapes, Land Use, and the History of Territory Formation: An example from the Puebloan Southwest. **Journal of Archaeological Method and Theory**. v. 4, n. 1, 1997.

ZORZATO, Osvaldo. “Civilizadores de índios” os agentes do sertão na historiografia de Mato Grosso. **Fronteiras Revista de História**. v. 2, n. 4, p. 171-201, jul/dez, 1998.